

Sarney (com Aloysio Chaves ao lado): No PDS não ha nenhum Jim Jones

Sarney diz que direta é suicídio para o PDS

O presidente do PDS, senador José Sarney, afastou ontem a possibilidade de restabelecimento da eleição direta para escolha do futuro Presidente da República, indagando dos jornalistas se acreditavam que os parlamentares do PDS, muitos dos quais já assumindo compromissos com candidatos indiretos, iriam praticar um suicídio coletivo, como aquele comandado por Jim Jones, numa cerimônia macabra na Guiana Inglesa.

Sarney também negou que tenha recebido convite do deputado Paulo Maluf para ser candidato a vice-Presidente em sua chapa. Alegando sua condição de presidente do partido, agora responsável pela coordenação do processo sucessório, o senador maranhense disse que não está "em condições éticas" para aceitar convite de nenhum dos aspirantes a candidato dentro do PDS.

RENÚNCIA AFASTADA

Sarney não se impressiona com o apelo emocional da campanha de mobilização nacional em favor das eleições diretas que promovem os partidos oposicionistas. Ele acha que a maioria dos parlamentares do PDS está assumindo compromissos concretos com os diferentes candidatos e não estará disposta a renunciar ao direito conquistado nas urnas de 15 de novembro.

— Todos fizeram a campanha eleitoral de 15 de novembro de 1982 sabendo que o Colégio Eleitoral seria composto naquele pleito. Não há por que alterar as regras, agora.

Em seguida, em tom irônico, indagou dos jornalistas se acreditavam que os parlamentares do PDS estariam dispostos ao suicídio como o da Guiana Inglesa, de Jim Jones, che-

fe de uma seita religiosa, e de centenas de seus seguidores.

Também não acredita o presidente do PDS na hipótese de uma reviravolta na sucessão presidencial, que estaria sendo admitida pelo ministro Leitão de Abreu em conversas com parlamentares de seu partido.

— Não posso dizer que isso não pode ocorrer. Uma hipótese. Agora, eu não possuo elementos de convicção para acreditar que essa hipótese se concretizará disse.

Sarney voltou a repetir o argumento, tantas vezes utilizado, de que o PDS não pode renunciar a um direito legítimo que conquistou na eleição popular de 1982, quando fez a maioria do Colégio Eleitoral, composto, como se sabe, de 479 deputados federais e 69 senadores, além de seis deputados por cada Assembléia dos 23 Estados.